



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 20 DE NOVEMBRO DE 2000**

*Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Embaixador Luiz Felipe Lampreia, nosso Ministro das Relações Exteriores; Meu caro amigo Iram Saraiva, Presidente do Tribunal de Contas da União; Senhora Carmen de Guerra, Presidente da Olacefs; Senhor Ministro Valmir Campelo, que foi o coordenador desta Assembléia; Embaixadores; Parlamentares; Participantes; Senhoras e Senhores,*

Em primeiro lugar, quero agradecer as palavras muito generosas do Ministro Iram Saraiva, assim como da nossa presidente da Olacefs, que se excederam em fazer referências a mim. Fiquei muito comovido ao recordar os tempos em que fomos colegas no Senado, bons tempos, de mais tranquilidade para todos nós. Assim como as palavras tão gentis que foram proferidas pela Senhora Carmen de Guerra, que teve até a gentileza de citar um trecho de um discurso que fiz, na comemoração do nosso V Centenário. Muito grato por tudo isso e pela alegria de estar aqui, numa reunião desta importância.

É muito apropriado que se discuta, num encontro das entidades fiscalizadoras, os temas que foram propostos, sobretudo o tema da

ética. Evidentemente, a dimensão pública é impensável sem referência a valores e a princípios que definem diretrizes para os que exercem a autoridade e para as relações entre o Estado e os cidadãos. E quem fiscaliza tem papel essencial na concretização desses valores e desses princípios.

Aqui, no Brasil, os Tribunais de Contas, nos três níveis da Administração – federal, estadual e municipal – vêm se consolidando como referência obrigatória, quando se pensa na questão da fiscalização e, portanto, quando se pensa na própria organização do Estado.

Eu me recordo de que há alguns anos, já como Presidente, tive o prazer de ser convidado e ter podido comparecer ao Tribunal de Contas da União, para comemorar a data de seu aniversário. É uma instituição mais que centenária.

Não são muitos os países que têm instituições centenárias. E, quando elas existem, como é o caso do nosso Tribunal de Contas, isso deve ser, realmente, motivo de orgulho e de referência nacional. E o Tribunal de Contas é uma dessas instituições, no Brasil, que não foi improvisada. Ela se foi constituindo, há muito tempo, e teve aquela sabedoria essencial, que é de manter a tradição e renovar-se.

Sem isso, sem que exista essa capacidade de, ao mesmo tempo, manter a tradição e renovar-se, modernizar-se, as instituições não perduram. As instituições, para que possam perdurar, precisam, também, ter um pouco esse culto do ancestral e um sonho, quanto ao seu papel futuro. De modo que reitero o que disse sobre o Brasil, falando agora sobre o Tribunal de Contas.

Tenho, portanto, que prestar a minha homenagem a essas instituições e, em especial, à nossa, que é parte essencial do panorama da vida pública no Brasil.

Na verdade, desde os anos da redemocratização, nos anos 80, a discussão sobre o Tribunal e sobre a ética pública vem amadurecendo de forma significativa, no nosso país. E isso não por acaso, pois é próprio da democracia. E, além de significar para o Brasil uma perspectiva histórica, é um avanço extraordinário.

Nossa formação, como País, foi marcada por uma presença forte de tendências patrimonialistas e pela superposição do público e do priva-

do, o que é responsável pelas grandes distorções no trato dos assuntos de Estado. Não estamos isolados, no nosso continente, desses traços que são comuns a muitos dos países, que têm formação semelhante.

A despeito disso, entretanto, a democracia nos tem permitido avançar no combate a essas distorções. Nunca faltou quem criticasse o patrimonialismo e quem denunciasse seus males. Mas é só na democracia que essas críticas têm espaço para expandir-se e para produzir resultados. As críticas são antigas, talvez desde os nossos primórdios, do patrimonialismo, da confusão entre o público e o privado. Mas é só a democracia que permite, efetivamente, que se expandam as condições e as instituições para que da crítica se passe à efetividade da ação.

Nos últimos anos, temos dado passos de grande importância para o estabelecimento de padrões éticos mais elevados, em várias áreas, e para o aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização. Para dar um só exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que precisa ser – e no que depender de mim vai ser – aplicada com rigor, é um marco histórico na gestão da coisa pública, no Brasil.

Neste novo Brasil que estamos construindo – e me permitem os visitantes de outros países que aqui estão, se falo mais do Brasil, mas tenho certeza de que em muitos deles o processo é semelhante – neste novo Brasil, repito, quem quiser participar da vida pública vai ter que compartilhar desses padrões. E, se não o fizer, enfrentará as consequências legais e, sobretudo, a rejeição da população, na hora do voto.

No âmbito específico do Governo Federal, estabelecemos também exigências muito restritas. Adotamos, recentemente, um Código de Conduta para a Alta Administração Federal, que definiu procedimentos novos para evitar conflitos de interesses, bem como para regulamentar algumas situações específicas. Mas não basta ter os padrões. É preciso ter mecanismos eficazes para dar-lhes efeito.

É preciso também entender que os mecanismos de fiscalização precisam ser aprimorados. Estamos realizando um esforço importante nesse sentido, propondo alterações do quadro jurídico, para melhorar

a gestão dos recursos públicos e para tornar mais eficazes as atividades de controle interno e externo, o processo orçamentário e a transparência fiscal.

Para isso, apresentamos duas sugestões, que foram abertas a ampla consulta, inclusive pela Internet, no contexto de um programa chamado Brasil Transparente: uma proposta de emenda constitucional e um projeto de lei complementar. Naturalmente, com o debate, a conversa, a discussão ampla no País, vamos aprimorar as sugestões ali contidas e transformá-las em medidas que sejam, realmente, medidas justas, viáveis e eficazes.

O grupo encarregado dessas consultas deverá apresentar-me o resultado nos próximos dias. Confio em que poderemos avançar rapidamente no sentido daquilo que é o desejo de todos os brasileiros, que é o fortalecimento dos mecanismos de que dispõe a democracia, para garantir a probidade no uso dos recursos públicos. O principal instrumento da democracia nesse esforço é a transparência, a circulação livre de informações, seja pela atuação de uma imprensa independente, seja pela participação da cidadania, seja pela fiscalização institucional, pelo mecanismo de pesos e contrapesos, que permitem evitar abusos.

Em um de seus ensaios, Francis Bacon assinalava que as suspeitas são como morcegos: têm o costume de voar na hora do crepúsculo, quando há pouca luz. Talvez em nenhum outro domínio isso seja tão verdadeiro como na vida pública, na política e nos assuntos de Estado. É essencial a confiança. Confiança entre os cidadãos, entre os cidadãos e o governo, entre as diversas instituições que compõem o Estado. E a confiança advém da transparência e do acesso desimpedido à informação. Por isso, são absolutamente essenciais na democracia os canais que garantem o fluxo de informação entre o Governo e a sociedade.

E não é por acaso que, em alemão, a própria palavra usada para designar o espaço público, *Öffentlichkeit*, de que nos fala Habermas, está relacionada, pela sua raiz semântica, à ideia de abertura. O que é público é, por definição, aberto, sujeito a controle, sujeito à fiscalização. E, sem informação acessível, não há a possibilidade real de in-

formação. Tenho dito que a sociedade brasileira cansou da corrupção. Hoje, ela sabe que o melhor antídoto contra a corrupção é a democratização da informação. Por isso, são tão importantes os passos que estamos dando no Brasil para assegurar o fluxo de informações em duas mãos, entre Governo e sociedade.

Não partimos da estaca zero. Ao contrário, as nossas contas públicas estão entre as mais organizadas, mais fiscalizadas e mais transparentes. Basta lembrar que as informações sobre o Orçamento e a execução das despesas da União estão disponíveis, *on-line*, nos computadores do Congresso para os membros de todos os partidos. Os dados do Siafi mostram os gastos da Secretaria do Tesouro Nacional e estão disponíveis na Internet. Principalmente para os que estão nos visitando, é bom que se saiba que existe, realmente, um mecanismo de ampla transparência e que os próprios brasileiros não se dão conta de que forma houve modificações no nosso país.

Hoje, qualquer cidadão tem acesso ao gasto público. E o controle, independentemente daquele que se faz com muita eficácia pelo Tribunal de Contas, pode ser feito pela cidadania e é feito pela cidadania. Os Deputados e Senadores têm acesso a esses dados. A imprensa tem acesso a esses dados. E não só aos dados de Orçamento, como aos dados relativos aos gastos do Tesouro, porque todos eles estão em um mecanismo chamado Siafi. Lá, os gastos são imediatamente perceptíveis por qualquer pessoa que consulte a Internet.

Os brasileiros têm demonstrando uma capacidade extraordinária, até surpreendente para quem não conhece bem esse povo, de adaptar-se às novas tecnologias, colocando-as a serviço de uma relação mais aberta e mais ágil entre o governo e sociedade. A utilização de meios eletrônicos, em especial da Internet, para a entrega de declarações de renda é talvez o caso mais evidente. Oitenta e oito por cento dos cidadãos brasileiros que prestaram contas à Receita Federal fizeram-no por intermédio da Internet. É um dado realmente muito forte: 88% de pessoas físicas. E todas as pessoas jurídicas prestaram contas ao Imposto de Renda através da Internet. Mas há muitos outros elementos que mostram que existe essa capacidade de absorção rápida da tecnologia.

Há outro que teve êxito absoluto, que foi o nosso processo eleitoral, que é um exemplo marcante. Não quero dar exemplo a nenhum país. Nas eleições municipais, foram 92 milhões de eleitores. Noventa e dois milhões de pessoas votaram. Temos mais eleitores inscritos, mas 92 milhões votaram. E os resultados já estavam apurados em poucas horas, com total segurança e sem margem para contestações, o que mostra, outra vez, como esses instrumentos de modernização são também ou podem ser instrumentos de cidadania, de participação e, portanto, de maior transparência e maior combate à corrupção e à alteração da vontade popular, no caso das eleições.

Estamos avançando cada vez mais, sempre no sentido de facilitar a informação e de aprimorar os mecanismos de gestão pública e de controle social sobre os atos de governo. Por isso, colocamos em marcha o programa chamado Sociedade da Informação, que é coordenado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. Nossa ambição nessa matéria é muito elevada. Já distribuímos nas escolas públicas brasileiras cerca de 25 mil computadores e treinamos professores. Agora, por meio de uma pequena taxa que cobramos no sistema de telefonia, depois que ele foi privatizado, temos um programa que vai nos permitir, nos próximos dois anos, colocar em rede, pela Internet, gratuitamente, 75 mil escolas públicas. Não basta, porque temos 250 mil escolas públicas no Brasil.

Mas estamos tratando também de colocar computadores em centros comunitários, de tal maneira que possamos evitar essa preocupação internacional que é a do *gap*, da diferença tecnológica que marcará para sempre os que terão acesso à tecnologia ou não, que serão as novas formas de analfabetismo: analfabetismo informacional ou tecnológico. Temos um programa bastante intenso nessa direção. E não basta colocar a máquina e ligar na Internet. É preciso que haja pessoas que treinem os estudantes e que treinem a comunidade no uso desses modernos meios de comunicação.

Hoje, além disso, todo cidadão tem acesso a uma grande quantidade de serviços do Governo pela Internet. Criamos um portal chamado Rede Governo, onde o cidadão pode obter informações sobre

uma enorme variedade de assuntos de interesse, desde instruções para o preenchimento de um Darf, que a é uma declaração que ele faz à Receita Federal, até avaliações sobre a última safra agrícola. Na verdade, no último balanço de governo que ouvi sobre essa matéria, temos cerca de 360 programas de atendimento à população através da Rede Governo. A pessoa, sem precisar sair do aparelho de computação ou de um centro onde ele exista, pode se informar sobre a matéria que interessa à sua vida: seu momento de aposentadoria ou as questões relativas ao Governo em geral, mas serviços também, que são prestados ao cidadão através dessa rede.

Pois bem, essa idéia de um “governo eletrônico” – digo isso entre aspas – vai no sentido de assegurar maior facilidade possível na interação entre o Governo e a cidadania. Não se trata só de simplificar os procedimentos, mas de assegurar condições para a participação autêntica e para o efetivo controle social. Portanto, se enganaram aqueles que no passado imaginaram que a tecnologia criaria um terrível mundo novo, onde haveria o controle de todos por um. .

Na verdade, o que existe é muito mais a possibilidade de estender os controles a todos e transformar os instrumentos de participação de maneira bastante inovadora e eficaz, talvez até com o sonho da democracia grega da “ágora”, em que todos participavam da decisão, só que todos eram apenas aqueles que eram cidadãos – aqui, serão todos os que nasceram por aqui, na verdade – e participantes de processos decisórios.

Isso está ao alcance da nossa mão. Não sei se da minha, mas da geração futura certamente sim, porque, na verdade, haverá uma tal extensão de informações e tal possibilidade da utilização desses serviços de valia social, através dos métodos de informação, pela Internet, que haverá muito maior controle do Estado, por parte da cidadania.

Participação e controle são palavras-chaves, porque a garantia última da ética pública não pode estar, ou não deve estar, no Governo apenas, ou no Estado, apenas. Deve estar, também, em uma parceria do governo com a sociedade, até porque já ficou para trás a ilusão de que público seria só o que é estatal. Hoje, há espaços públicos, por isso me referi a Habermas, que se ampliam. Como disse Habermas, públi-

co é aquilo que se abre, que não está oculto, que é aberto. Basicamente, é a informação.

Isso não quer dizer que nós estejamos dispensando os instrumentos institucionais de controle. Não. São formas que se acrescentam, são dimensões novas que se acrescentam aos instrumentos institucionais de controle, os quais, por sua vez, como é o caso do Tribunal de Contas, se utilizam amplamente de todo esse instrumental, que é um instrumental essencial, exatamente para permitir que haja uma maior eficácia no controle.

O que não quer dizer que tudo se resolva pela participação direta ou só pela imprensa. É preciso respeitar, também, os procedimentos previstos na lei, as responsabilidades de cada instituição, os prazos, a presunção de inocência, enfim, as garantias normais de um Estado de Direito.

Assim como a Justiça penal não se confunde com um linchamento, o esforço de assegurar a moralidade pública não pode se confundir com um linchamento moral.

Nós, no Brasil, temos tido alguns casos de excesso. Mas são as dores do crescimento da democracia, e assim devem ser compreendidos. E não, em função deles, tratar de cercear a informação ou cercear a crítica. Pelo contrário. Devemos, naturalmente, manter sempre presente a necessidade do devido procedimento legal, a presunção de inocência e tudo aquilo que constitui, realmente, o cerne do Estado Democrático de Direito. E eu diria até mais: constitui o cerne da civilização ocidental, que tem, na garantia das pessoas, individual, no seu respeito, na sua privacidade, um dos pilares que se complementa com a garantia do cidadão, a sua participação, os seus direitos civis e os seus direitos políticos.

Evidentemente, há que haver essa compreensão ampla. Mas, mesmo que haja um ou outro excesso, eles não empanam o sentido geral do processo que nós estamos atravessando. E esse sentido é o do reconhecimento de que as iniciativas dos cidadãos, das organizações não-governamentais, da imprensa, da sociedade civil organizada, são essenciais para assegurar que o espaço público seja, de fato, o

espaço da ética. As entidades fiscalizadoras continuarão a desempenhar um papel central nesse processo.

É por tudo isso que é com grande satisfação que vim aqui, à abertura deste Encontro, para acolher os representantes das Olacefs. O trabalho que os Senhores e as Senhoras desenvolverão, nesses próximos dias, faz parte desse imenso processo que o nosso continente vive, que é da transformação da democracia, de apenas um conjunto de princípios abstratos, numa prática cotidiana. Uma prática que se enriqueceu, como acabei de dizer – e que todo mundo sabe – pela incorporação das novas tecnologias, pela presença ativa da cidadania, mas que não pode sobreviver se não for, também, com o fortalecimento das instituições.

Tenho certeza de que as discussões que ocorrerão, daqui por diante, por parte dos Senhores e das Senhoras, fortalecerão os nossos instrumentos de fiscalização, estarão sempre fazendo essa junção indispensável entre a ética, o respeito a cada um, o respeito às leis e a participação crescente.

Já falei até demasiado, mas fiquei numa imensa satisfação, quando fui convidado pelo Presidente Iram Saraiva, de dizer, como estendo a todos os que estão no Tribunal de Contas da União e a todos aqueles que são seus convidados hoje, aqui, dizer da satisfação, dar-lhes meus parabéns. E deixar aqui expressa, pelo Presidente da República, em nome do povo brasileiro, não apenas a satisfação de acolhê-los, os que vêm de fora, como a certeza de que os de fora e os de dentro, juntos, vão trabalhar crescentemente, para que tenhamos uma democracia respeitada, com confiança da cidadania, controlada, e de que vai haver, crescentemente, governantes que sabem que é seu dever prestar contas.

Muito obrigado.